

H. M. M.
7

ATA N.º 11

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 17-05-2012

Aos dezassete dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Aveiro, no pequeno auditório do Centro Cultural e de Congressos, sob a direção do Sr. Presidente Dr. Élio Manuel Delgado da Maia e com a presença dos Srs. Vereadores Dr.ª Maria da Luz Nolaseo Cardoso, Eng.º Carlos Manuel da Silva Santos, Dr. Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Dr.ª Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Dr.ª Maria Teresa Cabral Figueiredo Rebocho Christo, Dr. João Francisco Carvalho Sousa, Dr.ª Helena Maria de Oliveira Dias Libório e Dr.ª Marília Fernanda Correia Martins.

Pelas 10:00, o Sr. Presidente declarou aberta a presente reunião.

APROVAÇÃO DAS ATAS

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata n.º 10.

SALDO DE GERÊNCIA

A Câmara tomou conhecimento do Mapa de Fluxos de Caixa relativo ao dia 17 de maio de 2012, o qual acusa os seguintes movimentos:

RECEBIMENTOS			PAGAMENTOS		
Saldo da Gerência Anterior		2.086.312,41€	Total das Despesas Orçamentais		10.405.965,20€
Execução Orçamental	1.655.953,02€		Despesas Correntes	7.470.671,10€	
Operações de Tesouraria	430.359,39€		Despesas de Capital	2.935.294,10€	
Total das Receitas Orçamentais		9.549.256,05€	Operações de Tesouraria		948.458,39€
Receitas Correntes	8.261.928,53€		Saldo para o Dia Seguinte		1.102.435,65€
Receitas de Capital	1.279.401,80€		Execução Orçamental	799.243,87€	
Receitas Outras	7.925,72€		Operações de Tesouraria	303.191,78€	
Operações de Tesouraria		821.290,78€	Total...		12.456.859,24€
Total...		12.456.859,24€			



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção dos Senhores Vereadores

A Sr.^a **Vereadora Dr.^a Helena Libório** disse que durante a Gala da Cidade haviam sido distinguidos 2 jovens gaiteiros da Banda de Gaitas de São Bernardo, sem que o assunto tivesse sido debatido em reunião, razão pela qual gostava de saber o que originou tal distinção e quem a sugeriu.

Referiu-se às obras na Escola da Glória, que faria com que as crianças assistissem às aulas na Escola João Afonso, em contentores. Entretanto, soube que não foi possível colocar todos os contentores necessários, por falta de verbas, o que obrigou a que parte dos alunos fosse deslocada para outro local, pelo que solicitava esclarecimentos sobre todo aquele procedimento.

O Sr. **Vereador Dr. João Sousa** alertou para a situação da Avenida junto ao Hospital, cuja situação de degradação do pavimento se agravou depois das últimas chuvas, sendo necessária uma rápida intervenção.

Disse que tomou conhecimento da insatisfação dos moradores vizinhos ao bar do estabelecimento 8º Oeste, uma vez que seu proprietário colocou colunas de som e uma mesa de mistura no exterior, cujo ruído tem provocado incómodos aos residentes nas moradias unifamiliares ali existentes.

Lembrou que fora abordada em reunião anterior a situação do Bairro Social de Eixo, em que os inquilinos haviam sido oficiados, há vários meses, para informarem se estariam interessados na compra das suas casas, pelo que solicitava esclarecimentos sobre a existência ou não de informação.

A Sr.^a **Vereadora Dr.^a Ana Neves** disse ter lido na comunicação social, a propósito da saída do diretor de Departamento da Polícia Municipal e Proteção Civil, que o Eng.º Carlos Santos manifestou interesse em aproveitar a oportunidade para alterar a filosofia subjacente à ação da polícia. Perguntou as razões da saída, como se resolveu a questão da reposição da chefia e quais as novas orientações que estão perspectivadas. A propósito do pedido de esclarecimento que lhe foi dirigido pelos deputados do PS na noite anterior, manifestou ao Presidente da Câmara, a sua disponibilidade e interesse em responder às questões que, em Assembleia Municipal, os deputados municipais lhe queiram colocar.

O Sr. **Presidente** interrompeu a reunião para que o Executivo recebesse a visita do **Cônsul de Angola** na Cidade do Porto, **Dr. Bento Salazar André**, estando presente para o efeito a Dr.^a Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, que exerce o cargo de Segundo-Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Aveiro, tendo aquele dignitário apresentado uma panorâmica da política externa do seu país, interessada em promover a abertura da economia angolana a diversos países da comunidade internacional, quer promovendo investimentos angolanos no exterior, quer captando empresas e entidades estrangeiras interessadas em investir em Angola. Também referiu a preocupação do Governo de Angola no sentido de agilizar os trâmites burocráticos no trânsito de pessoas de e para o país, assim como os esforços para documentar pessoas lá nascidas, mas que emigraram para diversos países sem qualquer documento de identificação, e que queiram obter a nacionalidade angolana.

A Sr.^a **Vereadora Dr.^a Maria da Luz Nolasco** referiu que a área de ação social da CMA tem apoiado estudantes de Angola que estão na residência universitária, bem como disponibiliza desde a década de 1980 quatro

Almeida
7

residências em Santiago para apoio a estudantes dos PALOP. Lembrou a existência de uma associação cosmopolita, Associação Parceiros da Amizade, com sede numa loja do Mercado de Santiago, onde dinamizam diversas ações, que reúne pessoas de Angola, de alguns países de Leste, e de outras comunidades que aqui têm residentes, cujo presidente é de nacionalidade angolana. Ainda na senda de ações de valorização da cultura africana se têm realizado encontros no âmbito do ACIDI para encontro das comunidades estrangeiras em território nacional promovendo a sua integração e socialização. Reforça pois que esta aproximação com a embaixada e consulado de Angola será de todo bem vinda.

O Sr. **Cônsul de Angola** esclareceu que já teve ocasião de se reunir com todas as associações angolanas existentes em Portugal e que estava em preparação a criação de uma federação para congregar essas associações.

A seguir à saída do Sr. **Cônsul** e da representante da Assembleia Municipal de Aveiro, e retomando as intervenções, a Sr.^a **Vereadora Dr.^a Maria da Luz Nolasco** disse que tinha ido, na véspera, à Cidade do Porto, à exposição de um protocolo de colaboração que estava a ser lançado a nível do mercado social de arrendamento, que é uma ação conjunta do Governo, na área da solidariedade social, que tem um projeto gerido por uma entidade que congrega um fundo de habitações, de todo o território nacional, muitas delas propriedades de bancos, do Governo, do IRHU, etc., no âmbito de um programa de emergência social. Neste fundo já havia uma centena de casas, distribuídas em alguns municípios, ainda não em todos, em que Aveiro será brevemente incluído, e desse banco de casas algumas delas poderão ser alugadas por famílias cujo montante de rendimento justifique o seu acesso. Para as autarquias não haverá encargos financeiros, apenas o trabalho de gerir a disponibilização das habitações disponíveis, que em Aveiro já são cerca de 40 fogos novos, que foram disponibilizados pelo IHRU, em Santa Joana.

Relativamente à venda das habitações sociais em Eixo está ainda a decorrer o registo de casas num dos bairros, e em outro, que já tem todas as unidades legalizadas, já foi efetuada 1 venda e 3 estão a decorrer. A CMA vai voltar a contactar os moradores, pois anteriormente houve apenas 1 morador que demonstrou interesse pela compra.

O Sr. **Vereador Eng.^o Carlos Santos** disse que os concursos estão praticamente paralisados, assim como as próprias câmaras municipais, face a esta lei recente, e que ainda carece de regulamentação, e que há dificuldades como a degradação da Av. Artur Ravara que a CMA vai resolver em parceria com a Junta de Freguesia da Glória que fornecerá o material, e a CMA a mão-de-obra, assim como outras parcerias do género serão feitas.

Relativamente à Polícia Municipal, confirmou que o Subintendente Fernando Lopes regressou à Polícia de Segurança Pública, que havia enviado ofício à CMA a comunicar o término da comissão de serviço, e que era intenção da CMA preencher novamente o cargo de Chefe da Divisão. Sobre as alterações que a Sra. Vereadora Dr.^a Ana Neves perguntou, são alterações que se destinam a mudar a ênfase das ações dos agentes, tendo dado como exemplo, reduzir de 2 para 1 as equipas de fiscalização de novas construções, em função da redução de mercado, e reforçar ações no trânsito de veículos.

O Sr. **Vereador Dr. Pedro Ferreira**, em relação à Escola da Glória, disse que estava acertada com o empreiteiro a colocação de 13 monoblocos, e que o Centro de Infância Arte e Qualidade iria disponibilizar 2

Equipe

salas onde ficariam os alunos que passassem ao 1.º ano, o que foi acertado com a Associação de Pais, estando a aguardar a resposta do agrupamento.

O Sr. **Presidente** quis esclarecer que a distinção aos elementos da Banda de Gaitas foi uma intenção que aflorou naturalmente, no momento da apresentação que estes fizeram ao acompanhar a entrega de medalhas de Gala, mas que a eles não foi atribuída qualquer medalha e apenas a menção, um gesto simpático da CMA, que realmente não havia sido discutido em reunião, pois não houvera surgido a ideia prévia.

Informou que corre no Tribunal de Contas um processo que questiona a legalidade da compra de uma grua para os Bombeiros Novos, querendo que o valor seja repostado à CMA pelos membros que assim deliberaram, ainda no mandato do anterior Presidente da CMA. Têm sido prestados todos os esclarecimentos e toda a ajuda necessária ao Dr. Miguel Garrido, que representa os 7 envolvidos, e este apresentou um documento alertando para as despesas que poderão ser impostas à CMA, consoante a sentença que venha a ser proferida.

Informou, também, que no dia anterior a CMA havia interposto junto ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro uma providência cautelar, contra o Ministério das Finanças, pedindo a suspensão da eficácia das normas que estipulam a apropriação, por parte do Governo, de mais 5% das verbas cobradas em IMI. Lembrou que os valores em causa tinham uma grandeza elevada demais para que o assunto não seja considerado, sendo esta providência uma recomendação da ANMP.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente** deu início à discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia, referindo que seriam analisados apenas os assuntos mais urgentes, ficando os restantes para uma reunião extraordinária, a realizar no próximo dia 24 de maio, às 10:00.

CÂMARA MUNICIPAL

O Sr. **Presidente** informou que se encontrava em curso na CMA uma inspeção ordinária ao Município, que incidia sobre as seguintes áreas: o conteúdo das denúncias, queixas e exposições subsistentes na IGAL, urbanismo e ordenamento do território, acumulação de funções públicas e privadas por parte dos funcionários autárquicos, fornecimento de bens e serviços, e os contratos por tempo indeterminado, contratos a termo e ainda contratos por prestação de serviços.

SERVIÇO MUNICIPAL DE GESTÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS

Foi deliberado, por maioria, com os votos a favor do Sr. Presidente e dos Senhores Vereadores Dr.ª Maria da Luz Nolasco, Eng.º Carlos Santos, Dr. Pedro Ferreira, Dr.ª Teresa Christo e Dr. João Sousa, as abstenções da Dr.ª Ana Neves e Dr.ª Helena Libório, e o voto contra da Dr.ª Marília Martins, ratificar o despacho do Sr. Presidente, datado de 7 de maio, que autorizou a abertura do Procedimento por Ajuste Direto n.º 06/12, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (C.C.P.), aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, com as alterações introduzidas pela lei n.º 3/2010, de 27 de abril, e pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, e aprovar as peças concursais, para o FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE COMUNICAÇÕES DE VOZ/DADOS MÓVEIS E CEDÊNCIA

DE EQUIPAMENTOS TERMINAIS. para o perfil das comunicações que melhor servirão as necessidades futuras desta Câmara, para o período de 18 meses, pelo preço base de 32.000,00 € (trinta e dois mil euros), acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, com consulta à Empresa TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Ana Neves indagou o responsável pela pasta financeira, sobre como entender a abertura deste tipo de concursos face à Lei dos Compromissos. Tendo sido informada que a lei permite-o, no caso de despesas repetitivas cujos respetivos valores não aumentem, disse que estaria disponível para votar favoravelmente. Todavia, discordando do método de convite a uma única entidade, abstém-se.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Helena Libório absteve-se por não concordar com o método de consulta a uma única entidade, como já tem referido relativamente a outras situações.

SERVIÇO MUNICIPAL DE GESTÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS

No seguimento da proposta n.º 1/2012 do Departamento Administrativo e de Pessoal, e tendo em conta que o contrato de Prestação de Serviços de Limpeza em Vários Edifícios da Câmara Municipal de Aveiro, celebrado com a empresa Ferlimpa 2 -Limpezas Gerais e Manutenção, Lda., termina no próximo dia 1 de julho de 2012, foi deliberado, por unanimidade, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, autorizar a abertura de procedimento por Concurso Público para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA EM VÁRIOS EDIFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO.

Mais foi deliberado, igualmente por unanimidade, nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do CCP, aprovar as peças do procedimento (programa do procedimento, caderno de encargos, projeto e respetivos anexos que deles fazem parte integrante), bem como, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º do CCP, aprovar a constituição do Júri do procedimento inserta na proposta e ainda, nos termos do n.º 2 do artigo 69.º do CCP, delegar no Júri atrás nomeado, a competência para prestar todos os esclarecimentos solicitados, proceder à retificação das peças do procedimento, e para a realização da audiência prévia.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Ana Neves disse que pelas explicações apresentadas pelo Dr. Pedro Ferreira no ponto anterior, porque este procedimento visa uma redução de despesa e porque, neste caso, o procedimento adota a forma de concurso público, vota favoravelmente.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do disposto no n.º 3, do art.º 92.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de janeiro, tendo a mesma sido distribuída por todos os Membros da Câmara Municipal, e por eles assinada.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião às 12:00. Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que foi assinada pelo Sr. Presidente da Câmara Dr. Élio Manuel Delgado da Maia e por mim, _____, João Carlos Vaz Portugal, Diretor do Departamento Administrativo e de Pessoal.



